

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO SER SANTOMENSE: COLONIALISMO, SOCIALISMO, LIBERALISMO E A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES SOCIAIS¹

Marina Padrão Temudo e Alexandra Arvéola²

RESUMO

Neste trabalho pretendemos ilustrar como as profundas mudanças políticas ocorridas durante as últimas décadas na República Democrática de São Tomé e Príncipe não transportaram consigo uma maior inclusão social, mas pelo contrário reproduziram os padrões de desigualdade criados na época colonial.

Através de estudos de caso em três “comunidades” (anteriores dependências de roças/empresas estatais) de pequenos agricultores, analisaram-se as formas de adaptação das populações residentes aos contextos introduzidos pelo processo de privatização da terra, nomeadamente ao nível dos sistemas de sustento e da organização social. Este processo introduziu novas dinâmicas sociais, por um lado, ao acentuar as desigualdades entre um reduzido grupo de forros (grupo autoctone) e o resto da população e, por outro, ao esbater as fronteiras socio-económicas entre os grupos mais desfavorecidos dos antigos trabalhadores agrícolas das roças (nomeadamente os cabo-verdianos e seus descendentes), os angolares (também autoctones mas desde sempre marginalizados) e uma franja de forros empobrecidos, que passaram a trabalhar a terra como forma principal de sustento.

Com efeito, se o apogeu das plantações coloniais foi conseguido à custa de mão-de-obra contratada – importada de Angola, Moçambique e Cabo Verde –, dado que os forros desde sempre se recusaram a trabalhar a terra nas roças, o processo de socialização da economia que sucedeu à independência, serviu a este mesmo grupo sócio-cultural para se apoderar do e ampliar o aparelho administrativo das então empresas estatais. É esta participação no trabalho das plantações que lhes vai legitimar o acesso a lotes de terra aquando da privatização, diminuindo assim a sustentabilidade económica das explorações das famílias dos ex-contratados (na maioria cabo-verdianos), que não puderam após a independência regressar aos seus (ou dos seus progenitores) países de origem. Paralelamente, os forros mais próximos do poder apropriam-se de grandes áreas situadas nas zonas mais favoráveis e com cacauzais em produção – as chamadas médias empresas –, sem na sua maioria as viabilizarem economicamente e mantendo em condições de total indigência os trabalhadores, que foram obrigados a permanecer pelo facto de não lhes ter sido atribuída terra.

O discurso público do poder imputa as baixas produções de cacau – principal produto de exportação – àquilo que consideram uma excessiva pulverização da terra imposta

¹ A investigação empírica foi desenvolvida em 2002 pelas duas autoras no âmbito do projecto “A desintegração das sociedades agrárias africanas e o seu potencial de reconstrução” (POCTI/SOC/1110/00), financiado pela FCT. Os dados foram, no entanto, analisados numa perspectiva que deriva da participação da primeira autora no projecto “Política, actores sociais e cidadania em África”, coordenado pelo CEA/ICSTE e igualmente financiado pela FCT. As autoras agradecem ao Doutor Gerhard Seibert e ao Prof. Dr. Franz Heimer as críticas e sugestões tecidas.

² Respectivamente, investigadora auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical/membro do CEA-ISCTE e doutoranda do ICSTE/membro do CEA-ISCTE.

pelas instituições de Bretton Woods aquando do ajustamento estrutural, omitindo que não existem dados exactos sobre a participação relativa de pequenos agricultores e médios empresários nas exportações deste produto. Se a estratégia dos médios empresários parece consistir em atribuir o seu desinvestimento à ausência de financiamentos e subsídios – numa clara atitude assistencialista - e à instabilidade do mercado do cacau, os pequenos agricultores adoptaram estratégias de sobrevivência diversificando a produção e as suas actividades por forma a prover ao sustento das famílias. Para estes agricultores, o desafio consiste não só em desenvolver uma actividade económica viável, mas sobretudo em criar poderes locais nas “comunidades” surgidas no vazio deixado pelo fim do modelo de organização social das plantações (roças/empresas estatais), por forma a terem capacidade de manobra para reivindicar o apoio do Estado e das organizações não governamentais na implementação de serviços sociais.

Palavras chave: São Tomé e Príncipe; plantações; privatização da terra; agricultura familiar; grupos sócio-culturais; cidadania.

UMA SOCIEDADE FUNDADA SOBRE UM MODELO DE EXCLUSÃO

O arquipélago de S. Tomé e Príncipe (STP) era desabitado à data do seu achamento pelos portugueses, tendo sido “inventado socialmente” a partir de finais do sec. XV (Castro Henriques, 2000). A rudeza do clima não era propícia à implantação de uma população branca numerosa, pelo que a miscigenação foi favorecida desde logo e mesmo alvo de experiências - caso do cruzamento de judeus com africanos (Tenreiro, 1961: 60, 68; Castro Henriques, 2000: 104). As ligações dos colonos brancos com escravas africanas foram igualmente estimuladas pela coroa portuguesa, que concedeu o estatuto de “livre” às mulheres e seus descendentes (ver Castro Henriques, 2000:104; Seibert, 2001a:38). É assim que, no início do sec. XVI, os colonos brancos que tinham vindo com Álvaro Caminha para povoar a ilha de S. Tomé vão sendo substituídos por uma geração autóctone de mestiços (Hodges & Newitt, 1988:19). Este grupo vem a constituir uma elite – os chamados “filhos da terra” – que muito mais tarde, em consequência da sua própria perda de importância económica e política, se irá diluindo numa outra categoria (os forros) resultante da progressiva atribuição de cartas de alforria aos escravos (ver Tenreiro, 1961: 176-177).

S. Tomé e Príncipe foi marcado por diferentes ciclos de evolução económica aos quais estão associadas três importantes culturas de exportação: açúcar, café e cacau. A cana do açúcar foi introduzida logo no início do povoamento por disposição régia, tendo S. Tomé ascendido a primeiro produtor mundial desta cultura em meados do século XVI (Hodges & Newitt, 1988: 20).

Após o seu achamento, o objectivo da coroa portuguesa orientou-se para a transformação do arquipélago numa região produtora de açúcar à semelhança da Madeira, dadas as condições favoráveis de clima e de solo e as amplas disponibilidades em água e em madeira indispensáveis ao funcionamento dos engenhos. As elevadas exigências em trabalho da cultura e da tecnologia de transformação contribuíram para a sua conversão num entreposto para o comércio de escravos, vistos como mão-de-obra para a produção de açúcar e como mercadoria a ser exportada para as plantações sul-americanas (ver Hodges & Newitt, 1988; Castro Henriques, 2000).

A fuga de escravos das plantações vai introduzir nas ilhas um tipo de povoamento pautado por formas africanizadas de organização social e de ocupação do espaço. Se os engenhos de açúcar e as povoações dos colonos se situavam nas zonas baixas da parte norte e este da ilha de S. Tomé, os escravos fugidos vão escolher o sul montanhoso e de floresta densa para construir as suas povoações (*quitembos*) e se refugiar. São estes escravos que atacando as roças vão contribuir para uma permanente desestabilização, que irá ser um dos factores relevantes na migração dos mestres do açúcar para o Brasil em meados do século XVII (ver Castro Henriques, 2000: 110-120). Outros factores determinantes foram a má qualidade do açúcar, a morte dos canaviais devido a uma doença e o ataque constante de navios pelos holandeses, ingleses e franceses (Seibert, 2001a: 39-40). É assim que a partir do século XVII e até à abolição do comércio de escravos nos territórios portugueses (1836), esta torna-se a actividade económica mais importante da elite crioula que permaneceu no arquipélago (Hodges & Newitt, 1988: 26; Castro Henriques, 2000: 81). Tenreiro (1961: 215) chama “o grande pousio” a este período de quase dois séculos.

O ciclo do café marca o início da recolonização das ilhas e de todo um processo de apropriação das terras e do poder político, que durante dois séculos tinham permanecido nas mãos dos “filhos da terra”, dando-se assim início à sua marginalização e progressiva diluição como grupo social constituído pela elite dos nativos. Nas palavras de Tenreiro (1961:230), a reorganização agrária que acompanha a introdução do café e do cacau como culturas de exportação dá origem a uma “convulsão social”, sem no entanto modificar a estrutura e a orgânica das antigas plantações (engenhos), sendo a escravatura substituída durante o ciclo do café por uma “situação servil”.

De 1890 a 1921 a produção de cacau nas ilhas vai ascendendo, relegando para segundo plano a importância do café como produto de exportação (Tenreiro, 1961:226). A economia deste pequeno arquipélago passa assim a depender, desde inícios do século XIX, da exportação do cacau produzido em monocultura no quadro de uma estrutura fundiária assente em grandes plantações (roças). Porém, o ataque de pragas, o envelhecimento das plantações, a instabilidade do mercado mundial do cacau, alterações climáticas, mas sobretudo os custos que acarretava a contratação de mão-de-obra vinda de outras colónias fragilizou a economia das roças, tornando-as menos competitivas do que as pequenas explorações familiares de outros grandes produtores do continente africano (ver Eyzaguirre, 1986:122, 1988:345, 1989:673-4, 1993:3; Clarence-Smith, 1991: 33; Seibert, 2001a: 51). Tenreiro, nos anos 60, fala da “fragilidade” da economia das ilhas, afirmando que “a crise do cacau é a própria crise de S. Tomé” (1961: 228-235).

O factor racial não foi o crivo através do qual foi inicialmente estabelecida a segmentação social da população multi-cultural do arquipélago. Repare-se que a par com brancos de várias nacionalidades e estatutos sociais (a maioria da população branca era constituída por degredados, existindo também escravos brancos), o povoamento da ilha foi assegurado por escravos africanos de diferentes origens e diferentes grupos étnicos, mas também por africanos ricos donos dos seus próprios escravos e que adoptavam os costumes europeus (ver Castro Henriques, 2000: 12, 36-42 e 105-106).

O fim da condição de escravo em 1869 e da condição de “liberto” em 1875 resultou na criação dos forros como grande categoria sócio-cultural. Uma outra categoria de

nativos, os angolares, estiveram até ao sec. XIX afastados do contacto com a restante população, presumindo-se que viviam nas florestas do sul de S. Tomé e se dedicavam a uma actividade de recollecção. A implantação de grandes explorações no sul, iniciada em 1884, desaloja-os dos seus territórios e obriga-os a encetar uma outra actividade da qual se vão tornar especialistas – a pesca – e a aceitarem a contratação por empreitadas para o abate de árvores nas plantações (Tenreiro, 1961:133-134).

A extinção da escravatura não deu origem ao fim da economia de plantação como ocorreu nas Caraíbas (Seibert, 2001a:17) e apesar dos ex-escravos se recusarem a continuar a trabalhar nas plantações – numa percepção do trabalho braçal agrícola como associado ao trabalho escravo -, o fornecimento de mão-de-obra passou a ser assegurado através da importação de “serviçais”. Tenreiro (1961: 231) refere que os nativos possuíam um “sentimento de repulsa por qualquer espécie de trabalho na roça”, no que Castro Henriques (2000: 133) vê “a primeira grande operação política dos Santomenses da modernidade”.

É desta forma que o fim da escravatura vai marcar o início de um longo período de importação de serviçais primeiro de Angola, depois também de Moçambique e de Cabo Verde, surgindo assim novas categorias sócio-culturais: angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e tongas. Este último grupo, constituído pelos descendentes de serviçais nascidos nas roças³ vai ao longo dos tempos assimilando a cultura forro, muito embora a sua diluição neste grupo fosse muito limitada e restricta aos descendentes, reconhecidos como tal, das ligações entre mulheres tongas e homens forro (Eyzaguirre, 1988: 346, 347, 351). A partir de 1960, os cabo-verdianos passaram a constituir o grupo dominante de serviçais nas roças (Eyzaguirre, 1986:123), porém, ao contrário dos tongas, mantiveram a sua identidade cultural não assimilando a cultura forra (Eyzaguirre, 1988: 347).

Durante a fase inicial do povoamento das ilhas, o acesso à terra pelos colonos era feito através de concessões (sesmarias) atribuídas pelo capitão-donatário, segundo um processo enfiteútico que impunha a obrigação de as cultivar e povoar num prazo de cinco anos (Castro Henriques, 2000:77). No caso dos escravos libertos, o acesso à terra passava pela pertença a irmandades religiosas, através das quais recebiam pequenas glebas (Eyzaguirre, 1988: 344).

Durante os séculos XVII e XVIII, em virtude da debandada dos roceiros para o Brasil, a terra vai ficar nas mãos dos “filhos da terra”, descendentes dos primeiros colonos brancos e de escravas (Tenreiro, 1961: 77). Com a grande concentração da propriedade a que a recolonização conduziu, a propriedade dos nativos é reduzida a pequenas “glebas” ou “roças de forro”, localizadas junto das cidades ou vilas (Tenreiro, 1961: 181). Clarence-Smith (1989:493) alega que muitos roceiros brancos perderam também as suas propriedades, defendendo que a classe, mais do que a raça determinaram o resultado da luta pela terra, sendo que o mecanismo principal das transferências de propriedade foi a dívida. Este autor refere ainda os conflitos entre roceiros pelo controlo da mão-de-obra, sublinhando que “*as with land, conflicts largely straddled the racial frontier*” (Clarence-Smith, 1989:494).

³ Muito embora seja corrente a atribuição da designação de tonga de Angola, tonga de Moçambique e tonga de Cabo Verde pelos restantes grupos, os descendentes de caboverdianos consideram-se a si próprios caboverdianos, não aceitando o estatuto de tonga.

Ao longo da história as glebas foram usadas para definir a identidade forro e o estatuto de homem livre, por oposição aos trabalhadores das roças (Eyzaguirre, 1986:124). Este valor e uso simbólicos da terra sobrepôs-se a qualquer critério de rentabilidade económica e determinou que o número de proprietários permanecesse quase inalterado desde 1950, dado que as transmissões por herança ocorriam sem qualquer actualização do registo cadastral (Eyzaguirre, 1988: 348-349).

Por volta de 1910, quando S. Tomé ascendeu a primeiro produtor mundial de cacau, 90% das terras eram controladas por grandes proprietários de plantações portuguesas e por bancos. Sousa (1963) compara a estrutura agrária da então colónia portuguesa com a do Gana, Nigéria e Fernando Pó – onde dominam as pequenas propriedades familiares produtoras de cacau - e analisando os volumes de produção das roças de diferentes classes de área de S. Tomé e do Príncipe, alega que aquelas que se encontravam próximo dos 47 ha são as que aproveitam melhor o terreno ocupado e que apresentam uma mais elevada produtividade. De forma arrojada para a época, defende um ordenamento da estrutura agrária antes que “as crises e tensões se manifestem” (Sousa, 1963:335). Tenreiro assume uma postura semelhante, falando de uma “estrutura agrária obsoleta”, de uma “sociedade instável” e da necessidade de “atenuar a tensão social resultante da marginalidade a que está votada a maioria da população local” através de uma “nova revolução agrária” (1961: 168, 235).

Até ao início da recolonização, os nativos detinham os cargos mais altos do clero e da administração colonial, dos quais foram sendo afastados (Seibert, 2001a: 19, 41-43). Progressivamente foi ocorrendo uma erosão da cidadania dos ilhéus, no sentido de uma perda de direitos e de um menor acesso à esfera pública. Nos anos trinta, a crise económica leva ao seu despedimento de cargos da administração pública e à introdução do pagamento do imposto individual indígena, que se insere numa tentativa do governador da então província de forçar os locais a colaborar no trabalho das plantações (Nascimento, 2001:13-14). Só em 1956, na sequência do massacre de Batepá, o imposto indígena é abolido e novos cargos na administração vão progressivamente sendo abertos aos nativos numa tentativa de conter a propaganda anti-colonial (Nascimento, 2001: 22). É também a partir desta altura que os nativos de classe baixa começam a participar progressivamente no trabalho braçal nas roças, nomeadamente através de empreitadas⁴ e nas plantações situadas próximo das suas povoações.

A construção da sociedade santomense vai sendo moldada ao longo do tempo pela organização, hierarquia e economia das roças, que nas palavras de Eyzaguirre (1986:121) eram geridas como “*independent chiefdoms*”. Segundo Nascimento (2001: 5), as plantações introduziram uma construção social assente na segmentação social e na desvalorização jurídica da mão-de-obra, muito embora não existisse, aquando da introdução da produção do café e do cacau, uma ideia pré-concebida de um modelo de plantação. É assim que a nativos (forros e angolares) e a cabo-verdianos é concedido o estatuto de cidadão, enquanto que os restantes serviçais – tal como a maioria dos cidadãos da Guiné, Angola e Moçambique - são considerados indígenas perante a lei portuguesa, o que permite o seu recrutamento para o trabalho forçado, através da aplicação do Código do Trabalho Indígena (ver Cahen, 1991: 125; Seibert, 2001a: 60-61).

⁴ Eyzaguirre (1989: 677), no final dos anos 80, afirma: “*the slow influx of Forros into de plantation workforce consists almost entirely of women of low social status, with weak claims to any land or house sites*”.

Se os ilhéus desde o início do povoamento adoptaram uma cultura e estilo de vida europeizados (Tenreiro, 1961:182), no caso dos serviçais, tornou-se claro para os roceiros que uma maior contenção desta mão-de-obra seria conseguida, não através de um processo de aculturação, mas sim pela “reprodução da indigenização”, da qual resultaria um encerramento dos vários grupos sócio-culturais. Atribuindo-se-lhes uma inferioridade racial ficava também justificada a anulação dos seus direitos jurídicos (Nascimento, 2001: 18). Se os forros mantinham uma atitude de superioridade e distanciamento em relação aos serviçais e seus filhos nascidos nas roças (tongas), essa atitude era vista com bons olhos pelos roceiros que temiam o surgimento de qualquer tipo de resistência (Eyzaguirre, 1986:120-121).

De início, o trabalho servil embora remunerado não se distinguiu muito de uma nova forma de escravatura. Tenreiro (1961: 87) afirma que “o serviçal é muitas vezes tratado não como um ser humano mas como uma máquina; dificulta-se o seu repatriamento e muitos proprietários consideram os filhos daqueles nascidos nas roças (tongas) como propriedade sua”.

As condições de trabalho nas roças sofreram uma lenta evolução a partir de 1910, na qual Eyzaguirre (1993: 10-13) identifica três grandes fases de mudança: a primeira com a ascensão ao poder dos repúblicanos (1910-1928); a segunda durante o mandato do governador Gorgulho; a terceira após 1963 como resposta ao surgimento dos movimentos de libertação nas então colónias. Porém, estas condições continuarão a ser diferenciadas de roça para roça (Clarence-Smith, 1991: 16-17; Nascimento, 2002). A polémica em torno do “cacau escravo” (1907-1010), que deu origem ao boicote à sua exportação pelos chocolateiros ingleses e ao posterior início das transformações, muito embora enraizasse em factores mais económicos que humanitários, pôs a nú as condições desumanas a que os contratados eram submetidos, nomeadamente em relação ao seu (não) repatriamento. Todavia, o fantasma do não repatriamento ou da sua prorrogação continuou a condicionar o comportamento dos serviçais e, tal como refere Nascimento (2001:19; 2002: 597, 599), constituiu um dos factores – a par de outros como o desenraizamento e a condição social de inferioridade – a determinar uma conduta talhada pela resistência passiva, pela apatia ou pelo conformismo. Clarence-Smith (1991: 24-25), muito embora confira maior relêvo às formas de resistência individuais – como o desleixo, a deserção, o absentismo, a bebida, o suicídio, o roubo e a sabotagem -, menciona a ocorrência de “resistências colectivas de uma certa violência”.

Apesar das manifestas dificuldades económicas do sistema de plantações num contexto em que a população nativa recusava o trabalho braçal agrícola e em que o mercado internacional do principal produto de exportação tem um comportamento altamente instável, após a independência, o regime socialista instaurado pelo partido único - Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP) - decidiu pela nacionalização das antigas roças e pela sua concentração em 15 empresas estatais. A ideia de realizar uma reforma agrária distribuindo a terra pelos trabalhadores das roças e pequenos proprietários de glebas – defendida na época colonial pelo MLSTP - nunca foi colocada após a independência, nem mesmo muito mais tarde, quando já se tinha tornado evidente o fracasso do modelo de gestão estatal⁵. O discurso público actual,

⁵ Em 1991, as empresas portuguesas que geriam a empresa estatal Água-Izé desde 1987, considerando as dificuldades económicas resultantes do declínio nos preços do cacau e de uma greve de trabalhadores, propuseram a distribuição da terra em pequenas explorações familiares, mantendo-se elas na gestão das

repetido até à exaustão, alega que a nacionalização da terra após a independência foi forçada pela interrupção no pagamento dos salários aos trabalhadores pelos roceiros portugueses e pela fuga dos administradores e demais técnicos brancos, omitindo as campanhas de intimidação e o redimensionamento das roças durante o governo de transição (ver Eyzaguirre, 1989:675). Porém, em raras ocasiões pode ser reconhecido que se tratou também de uma decisão política - “o Estado optou pela via da socialização (...) para fazer ver aos países que nos apoiaram que estávamos a falar a mesma linguagem” (ex-ministro Dr Acácio Bonfim , em conferência da FENAPA realizada em S. Tomé a 14.08.02).

Eyzaguirre (1988) estudou a relação entre posse da terra e pertença a grupos sociais estratificados e entre política e posse e uso da terra em S. Tomé e Príncipe, argumentando que ao longo da história a concentração da terra fez parte de um processo político através do qual as elites e as suas instituições governamentais controlaram o acesso à terra e a outros recursos naturais como um instrumento para assegurar a sua hegemonia política. Em relação ao período colonial, Eyzaguirre (1986: 122) defende não só que as roças eram ineficientes e anti-económicas, mas igualmente que a sua permanência se alicerçou em fins políticos de manutenção da hegemonia portuguesa nos territórios coloniais. Nascimento (2002: 34-42), analisando a obra de Eyzaguirre, contesta esta opinião alegando nomeadamente que não podemos omitir “as fissuras entre a administração colonial e os roceiros” (p.36), bem como “os múltiplos factores capazes de baratear os custos, desde medidas cambiais à adopção do modo de cultivo extensivo” (p.38).

No que concerne à nacionalização da terra e conversão das roças em empresas estatais, Eyzaguirre (1989: 676) afirma que estas mantiveram os principais traços das plantações e que “*continue to encapsulate a significant portion of the population in an inferior status that remains marginal to the socio-political structure of the majority Forro community*”. Com efeito, como este autor refere (1988: 677), os trabalhadores agrícolas das empresas continuaram a ser os antigos serviçais e seus descendentes que não conseguiram ser repatriados⁶, nomeadamente os cabo-verdianos, enquanto que o aparelho burocrático-administrativo foi ampliado por forma a poder albergar os “nativos”, que proclamam o direito de ocupar novos cargos (ver também Seibert, 2001a: 164, 167-168, 182 e Cahen, 1991:126). Desta forma, a ideia de “autoctonia” é convocada para justificar a apropriação do aparelho de Estado e através dele dos recursos internos e externos.

Muito embora após a independência tenha sido concedida a cidadania santomense a todos os indivíduos que residiam no país⁷, uma observação atenta não só do aparelho de Estado, mas também das ONGs – para já não falar das direcções das próprias associações de pequenos agricultores – permite verificar que há uma concentração de

infra-estruturas de processamento. Face à recusa do Estado santomense em aceitar esta proposta, o contrato foi cancelado por mútuo acordo (Seibert, 2001b:830-831).

⁶ Seibert (2001a:162) refere que a maioria dos trabalhadores angolanos e moçambicanos foi repatriada, mas que os cerca de nove mil caboverdianos permaneceram em São Tomé e Príncipe. Em 1982, ocorreu uma importante manifestação de caboverdianos que solicitavam a sua repatriação, o que, no entanto, era contra os interesses dos dois países, dado que Cabo Verde não tinha recursos para os receber e S. Tomé e Príncipe não estava interessado em perder os trabalhadores agrícolas das empresas estatais (Eyzaguirre, 1988: 358).

⁷ A lei eleitoral de 1980 concedeu o direito a voto e a ser elegível para qualquer cargo a todos os cidadãos dos PALOPs que se encontravam a residir no país à data da independência (Seibert, 2001a:147).

poder nas mãos da elite forra e sua clientela e uma exclusão dos restantes grupos sócio-culturais. Acresce que o facto de nas novas comunidades não ter sido mais assegurado o funcionamento de escolas (e demais serviços sociais), associado à falta de recursos dos novos agricultores para custear os estudos dos seus filhos nas cidades, irá reproduzir este ciclo de marginalização e exclusão social. Assiste-se assim a uma clara distinção entre aquilo que é designado “cidadania formal” e “cidadania substantiva” (ver Bottomore, 1992: 66, 85, 91).

AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E A CRIAÇÃO DE UM CAMPESINATO

A opção político-económica de nacionalização da terra e criação de empresas estatais que forçava o país a continuar dependente da exportação de uma única cultura e da importação de alimentos, acrescida da persistente descida dos preços do cacau desde 1979 e da má gestão a que foram submetidas as empresas estatais deu origem ao seu colapso financeiro e a uma pesada dívida externa (ver Seibert, 2001b).

A seca de 1983 torna ainda mais visível a necessidade de diversificar a produção agrícola no sentido de um maior investimento em culturas alimentares. Repare-se que em meados dos anos 80 o país importava 90% das suas necessidades alimentares (Seibert, 2001b: 832). As lavras – parcelas que os trabalhadores contratados, nomeadamente os cabo-verdianos, cultivavam em terrenos das roças desde os anos 60 para complementar a sua alimentação – estiveram oficialmente proibidas até 1985 (Seibert, 2001a: 168).

A crise alimentar que a seca desencadeia parece ter contribuído para uma mudança na atitude forra em relação ao trabalho agrícola, criando também novos hábitos alimentares⁸ e uma maior aproximação entre os forros desprivilegiados e os restantes grupos sócio-culturais. Nas palavras do Sr Jaime, um pequeno agricultor caboverdiano, “a seca foi castigo que Deus mandou para obrigar os forros a trabalhar”. Xico, um outro agricultor caboverdiano de Sta Adelaide, contou também que nessa altura só eles tinham alimentos e os forros vieram da cidade para os comprar, o que em sua opinião, deu origem a uma maior aproximação. É também comum ouvir a afirmação de que, após a privatização da terra, as mulheres forro de classe baixa procuram homens caboverdianos para se casar⁹, porque “querem trabalhar a terra e sabem que eles são bons agricultores”.

Eyzaguirre (1986 e 1988) estudou, ao longo da história, o aparecimento progressivo de posseiros em terrenos encapoeirados, inicialmente pertença das roças e mais tarde do Estado pós-colonial. Comparando a rentabilidade dos sistemas de produção das roças/empresas estatais e das glebas com o praticado nestas parcelas por indivíduos das diferentes categorias sócio-culturais, conclui que os posseiros são os únicos a desenvolver uma agricultura orientada para o mercado, cujas decisões quanto à distribuição e alocação dos recursos estão baseadas nas hipóteses de comercialização e nos custos de produção (Eyzaguirre, 1988: 355). Porém, a necessidade de não suscitar a avidez do Estado torna-se um factor limitante da expansão da área cultivada e do investimento produtivo por cada um, tendo ocorrido casos em que o Estado se

⁸ A matabala (falso inhame) que, antes da independência, era considerada pelos forros como alimento de suínos, adquiriu hoje um lugar proeminente na dieta dos mais pobres.

⁹ Na nossa amostra, 28% das mulheres casadas com caboverdianos são forras (7 casos).

reapropriou das parcelas muito produtivas, para depois as voltar a deixar de novo abandonadas (Eyzaguirre, 1988:353).

Este autor defende ainda que quer para os tongas, quer para os cabo-verdianos, cujas ligações sociais e políticas com a maioria forra no poder são fracas, “*swidden farming represents an opportunity to acquire significant amounts of cash income, which is then reinvested in a network of kin that may serve to integrate them more fully into the national society*” (Eyzaguirre, 1986:125). Quando em 1984, o governo santomense inicia um processo de registo dos posseiros, se por um lado estes seleccionavam agricultores forro para os representar - “*owing to the perception that Forros had favored access to the state and its resources*” -, por outro, as próprias empresas estatais ao terem de lidar com este grupo de agricultores seleccionavam em primeiro lugar os forros, colocando-os assim numa posição de supremacia (Eyzaguirre, 1988: 354).

Muito embora fosse já membro do FMI desde 1977, o governo santomense só em 1985 inicia um processo de liberalização económica, adoptando um programa de ajustamento estrutural (PAE) a partir de 1987 (Seibert, 2002a: 828). É também na década de 80 que o governo inicia um primeiro processo (1985-1989) de privatização da terra¹⁰ – que decorreu de forma “arbitrária” e da qual em 1989 só cerca de um terço se encontrava em cultivo (Seibert, 2001a: 229 e 2001b: 831)¹¹ -, bem como um Projecto de Reabilitação do Cacau associado ao PAE. Foram igualmente concedidos contratos de arrendamento (Diogo Vaz, Sta Catarina e Agostinho Neto) e de gestão (Água-Izé, Bela Vista, Monte Café, Sta Margarida, Uba Budo) às empresas estatais com maiores potencialidades, algumas das quais foram alvo de avultados financiamentos. Porém, nos anos 90, a ineficácia dos contratos de gestão parece já clara, tendo em conta que o Estado reservava o direito de supervisão sobre as decisões mais importantes e, segundo os gestores, 80% dos lucros iam também para os cofres do Estado (Seibert, 2001b: 830).

A privatização da terra como componente do Acordo de Crédito com o Banco Mundial (Kyle & Tanner, 1999:3), surge em resultado do insucesso da aplicação do programa de ajustamento estrutural e prevê que um mínimo de 75% das terras será entregue a pequenos agricultores. A nova estrutura fundiária deveria ser constituída por: cerca de seis mil pequenas explorações familiares orientadas para a produção de culturas alimentares destinadas a assegurar a sua subsistência e a abastecer o mercado; cerca de cento e cinquenta médias empresas “capazes de revolucionar e modernizar a agricultura produzindo novas fileiras para a exportação”; seis grandes empresas (as que anteriormente tinham sido objecto de avultados financiamentos externos) capazes de dinamizar a exportação de cacau (Ministério da Economia, 2000:8-9). Porém, o insucesso dos investimentos realizados nas grandes empresas e a pressão social dos seus trabalhadores no sentido da distribuição das terras faz antever um futuro em que a quase totalidade das terras estará nas mãos de pequenos e médios empresários.

Em finais de 1991 o governo de STP estabeleceu os critérios e os procedimentos para a distribuição da terra a pequenos agricultores e médios empresários. A terra seria atribuída numa base de usufruto por um período de 20 anos renováveis, devendo os

¹⁰ É nesta época que o governo adopta a política do chamado “Envolvimento do cidadão”, que muito embora estivesse orientada para fomentar a participação em todos os sectores (Seibert, 2001a: 202), reflectiu-se nomeadamente no plano económico através da entrega de terra a indivíduos e organizações.

¹¹ Seibert (2001a: 228) alega que, entre 1985 e 1988, foram distribuídos 10 000 ha de terras pelo governo “de acordo com critérios clientelísticos”.

agricultores cultivá-la e pagar uma taxa anual, não podendo no entanto dividi-la por herança entre os seus descendentes. A dimensão dos lotes dos pequenos agricultores seria determinada com base na dimensão da família e na qualidade da terra (World Bank, 1991:22). Era função do Gabinete de Reforma Fundiária (GRF) “verificar, controlar e avaliar a boa utilização e valorização do uso da terra atribuída” (Ministério da Economia, 1999).

O Projecto de Privatização da Terra e de Apoio ao Desenvolvimento do Pequeno Produtor (PPADPP) iniciou as suas actividades em 1992 e tinha quatro componentes: distribuição das terras; redução do número de trabalhadores e de apoios económicos e sociais; reforma operacional e de gestão do sector do cacau; criação de instituições agrícolas e de serviços de apoio (FAO & WB, 2000). As hipóteses de partida assentavam no pressuposto de que as privatizações iriam aumentar a eficácia da produção agrícola, eliminariam as perdas financeiras das empresas estatais e encorajariam a diversificação da produção agrícola.

Porém, o PPADPP não foi concebido como um projecto de reforma agrária ou de desenvolvimento rural, mas antes como um projecto de distribuição de terras que prioritariamente deveriam ser atribuídas aos antigos trabalhadores. Mais do que um projecto de privatização da terra foi um projecto de “privatização da agricultura” (FAO & WB, 2000: vi).

A Lei 3/91 vem definir o quadro jurídico da propriedade fundiária, regulamentando o regime de distribuição e utilização de terras então pertença do Estado da seguinte maneira:

- A disposição de terrenos de Estado a favor de particulares pode ser feita por: ajuste directo (salvo se houver mais do que um candidato); hasta pública; concurso público. No caso das médias empresas (mais de 10 ha) torna-se necessária a apresentação de um plano técnico-económico e a indicação das fontes de financiamento. Porém, “a obrigatoriedade de concurso público pode ser eliminada pelo conselho de ministros por circunstâncias sócio-económicas especiais, fazendo-se o contrato por ajuste directo”;
- O beneficiário da terra deverá cultivá-la pessoalmente durante um período de pelo menos 5 anos, sendo a agricultura a profissão habitual e permanente;
- A renda de usufruto é estabelecida sobre 15% do produto do prédio, sendo a produção anual determinada através da rentabilidade normal da unidade de cultura a determinar em legislação própria

A área média de referência dos lotes a atribuir aos pequenos agricultores, que nas previsões iniciais deveria atingir os 3,6 ha, foi reduzida para 2,5 face à crescente procura de terras por beneficiários inicialmente não previstos, reforçada pelas pressões sociais e políticas que se exerceram sobre a equipa do projecto (FAO & WB, 2000: vi, 10). Pelo contrário, a dimensão máxima de referência das médias empresas passa mais tarde de 50 para 100 ha, podendo atingir os 150 ha mediante parecer do GRF¹² (Decreto nº 73/95).

¹² Esta tendência para fugir ao acordo de crédito em benefício dos médios empresários foi observada pelos próprios doadores: “*as the process of adjustment gained hold, the perception of the value of the land as an asset also gained hold amongst the ruling elite and more privileged sections of the population, creating pressure on the project to allocate more land to medium scale farmers*” (FAO & WB, 2000,

Muito embora em 1999, num relatório de avaliação, dois consultores tenham chamado a atenção para o facto de a última fase da distribuição de terras “libertada das exigências do Banco Mundial”, denotar uma clara atitude a favor do médio empresário (Kyle & Tanner, 1999:5), o incumprimento das normas de atribuição remonta ao início do processo¹³. Com efeito, os preconceitos oficiais da elite política e económica em relação àquilo que designam depreciativamente a “globalização da terra” leva-os a defender que os pequenos agricultores são mais recolectores do que agricultores, não investem na produção de cacau¹⁴, têm uma produção de subsistência e são responsáveis pela degradação ambiental motivada pelo abate de árvores de madeira valiosa nas suas parcelas. Porém, como se irá demonstrar, esta opinião é infundada e a mesma atitude crítica não é aplicada em relação aos médios empresários, muitos dos quais receberam apoios financeiros diversos e consideráveis e terras com um potencial produtivo largamente superior, sem possuírem à partida conhecimentos de gestão e técnicos para administrar as grandes áreas que lhes foram atribuídas.

A viabilidade económica das novas explorações familiares ficou à partida comprometida não só pela exiguidade da área das parcelas, como também pela sua qualidade (não existência ou má qualidade dos cacauzeiros, baixa fertilidade do solo, elevado declive, encapoeiramento das parcelas), dado que as áreas mais produtivas foram entregues a médias e grandes empresas. “Só nos entregaram a terra no fracasso, mas se fosse logo a seguir à independência estaríamos bem hoje”, disse um pequeno agricultor cabo-verdiano, que veio com catorze anos para STP na companhia da mãe. Este e outros ex-contratados que permaneceram no país e hoje são pequenos agricultores ou reformados sem terra - vivendo amargamente de expedientes ou da esmola de familiares e amigos, porque a reforma não é suficiente para pagar o transporte necessário para a ir levantar à cidade de S. Tomé – ainda se lembram de que cada cacauzeiro produzia “um saco de cacau em goma” e que era regado na gravana, fertilizado, tratado com pesticidas, capinado, podado e esladroado - “...mas depois da independência tudo deixou de se fazer”. É irónico que os tempos do trabalho contratado na roça sejam lembrados por alguns com certa nostalgia.

Como uma das componentes do processo de privatização, o Programa Alimentar Mundial (PAM) deveria financiar um ano de ajuda em alimentos aos novos pequenos agricultores¹⁵. Porém, nas palavras de um velho agricultor/pescador angolano, “começou a diminuir de mês a mês – forro ficou com coisa dele!”. Esta afirmação revela ainda a percepção da hierarquia de poder que se estabelece entre os forros (cuja elite monopoliza o poder político e económico) e os restantes grupos sócio-culturais. Na comunidade de Bernardo Faro foi relatada uma outra situação de injustiça, que se prendeu

document de travail 1, p.6). Seibert (2001b:831) afirma que os beneficiários das médias empresas eram políticos, funcionários públicos e comerciantes, a maioria dos quais sem experiência agrícola.

¹³ Seibert (2001b: 831) refere que a maioria das médias empresas foi atribuída, não por concurso público, mas por ajuste directo decidido em Conselho de Ministros, facto para o qual Vieira (1995:3), consultor do PPADPP, já tinha chamado a atenção em 1995. Em relação aos pequenos agricultores, Helmle (1997:49) é também peremptório ao afirmar que não encontrou qualquer relação entre a quantidade de pontos e a dimensão dos lotes recebidos e que os melhores lotes foram atribuídos não aos que tinham mais pontos, mas pelo contrário a elementos privilegiados das empresas (como antigos administradores).

¹⁴ Porém, os resultados eram já visíveis em 1996, quando por exemplo a Bela Vista aumenta em 2 anos a compra de cacau aos pequenos camponeses de 63 para 398 toneladas (Baptista, 2001:139).

¹⁵ A ajuda era dada por beneficiário e não em função da dimensão do agregado familiar, consistindo em 30 kg de arroz, 3 kg de feijão, 4 litros de óleo e duas latas de atum por mês.

com a atribuição de parcelas e de alimentos do PAM a não residentes (forros habitantes da Trindade e de Guadalupe), que nunca tinham trabalhado na empresa, enquanto que alguns ex-trabalhadores ficaram excluídos: "Deram gente lá de baixo, que vivia outra vida, e não dão gente cá de cima". Só um estudo aturado poderia revelar se situações como estas se podem generalizar. Porém, o nível de corrupção no país torna previsível este tipo de práticas por quem se encontra mais próximo dos recursos externos – a elite forra e a sua clientela.

O apoio aos pequenos agricultores – no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Pequena Agricultura Familiar (PNAPAF) criado em 1995 - deveria ser facultado por diversas ONGs internacionais e locais, das quais se destacam a americana Clusa, as francesas AFVP e CIDR e a italiana Nuova Frontiera e respectivamente as suas sucessoras locais Zatona-Adil, ADDAPA, Micondó e Quatelá. Para coordenar e representar os pequenos agricultores foi criada em 1997 a Federação Nacional dos Pequenos Agricultores (FENAPA) com estatuto de ONG. Porém, independentemente de se tratar de organizações nacionais ou internacionais, todas elas convocam os pequenos agricultores para se organizarem segundo moldes padrão (associações) e produzirem, mas em situação alguma para reivindicarem. A *accountability* destas organizações não está orientada para os seus “clientes”, mas sim para a comunidade de doadores e para o Estado santomense.

Com efeito nenhuma delas põe em causa a forma como a terra foi distribuída e a situação de injustiça social criada pela não atribuição de lotes, nomeadamente a reformados e a jovens e o absentismo total de muitos médios empresários¹⁶ e de beneficiários de pequenos lotes - que não faziam parte dos antigos trabalhadores de campo das roças/empresas estatais, vivem em pólos urbanos e desenvolvem outras actividades –, que vêem a terra como um recurso e um atributo da sua condição de forro. Repare-se que a própria Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural (Ministério da Economia, 1999:5), ao referir as novas distribuições de terra resultantes do redimensionamento/desmantelamento das empresas que tinham permanecido à margem da reforma, menciona que irão ser contemplados não só ex-trabalhadores agrícolas que ainda não tiverem beneficiado de lotes, mas também “os jovens provenientes dos meios urbanos que demonstrarem vontade de se dedicar à gestão de pequenas explorações agrícolas”, omitindo os jovens rurais cuja única opção de trabalho que lhes resta é a colheita de vinho de palma ou o assalariamento para beneficiários de terra absentistas.

Interessante notar que embora as categorias sociais mais desfavorecidas - que não tiveram acesso a terra ou que beneficiam de lotes de fraca rentabilidade ou de dimensão insuficiente para a sobrevivência da sua família - concebam por um lado a ocupação de terrenos do Estado não distribuídos como uma possibilidade, por outro, excluem a ocupação de terrenos incultos atribuídos a médios empresários absentistas. “Nós não temos esse direito”, é a afirmação persistentemente dada quando inquiridos directamente, muito embora defendam que o governo deveria dividir as médias empresas abandonadas. A sua percepção sobre a forma como os fundos da ajuda ao desenvolvimento são aplicados é também reveladora. Um exemplo - “Esta gente da

¹⁶ Na opinião de um consultor contratado para a elaboração do Plano Florestal, muitos dos médios empresários limitam-se a arrendar as suas palmeiras a vianteiros para a extracção de vinho de palma (A. Salgueiro, comunicação pessoal, 04.08.02).

cidade [leia-se forros] recebe o dinheiro que vem de fora e não põe o dinheiro no chão para ele desenvolver. É só gastar com mulheres. O país caiu e isso é mau”.

Na Conferência do quinto aniversário da FENAPA (S. Tomé, 14/08/02), irrompeu a voz de um pequeno agricultor alegando que o Estado dividiu a terra “porque não queria mais chatices”. Com efeito, a privatização da terra acarretou em simultâneo a total desresponsabilização do Estado santomense em relação aos serviços sociais que se encontravam a seu cargo desde a nacionalização das roças após a independência, mas que desde muito cedo foi deixando de assegurar. Em teoria, estes serviços deveriam passar a ser assegurados por duas (AGRICOM e SODEAP) Sociedades Agro-comerciais (SACs), cujas funções se centravam em (Ministério da Economia, 2000:18): manter e gerir todos os núcleos tecnológicos até à sua privatização; importar e vender a crédito ou a dinheiro factores de produção e fornecer serviços de mercado aos pequenos produtores; realizar a compra, processamento e comercialização das produções das parcelas distribuídas; implementar outros serviços outrora responsabilidade do Estado (distribuição da ajuda alimentar, saúde, educação, formação dos agricultores). Nas restantes terras entregues a grandes e médias empresas, os trabalhadores que permanecessem como assalariados deveriam usufruir da garantia de fornecimento desses serviços sociais pelos novos patrões. Porém, as SACs rapidamente ficaram descapitalizadas e nunca chegaram a assegurar as funções sociais previstas.

A insegurança fundiária inerente ao facto dos usufrutuários de terra não possuírem qualquer título¹⁷ não parece constituir um constrangimento ao investimento dos pequenos agricultores. Como ilustrativo desta percepção, podemos referir a intervenção de um pequeno agricultor numa conferência da FENAPA (S. Tomé, 14.08.2002): “Nós somos 8 mil agricultores e devemos encorajar-nos, porque ninguém nos vai poder tirar a terra”. Pelo contrário, o incumprimento no pagamento das taxas anuais de usufruto, motivado pela incapacidade de gerar rendimentos suficientes, constitui uma sombra no horizonte de vida destes pequenos produtores descapitalizados. Para os médios empresários a falta de um título fundiário é usada instrumentalmente para, conjuntamente com outros factores como a falta de crédito, justificarem o seu absentismo.

A demagogia é uma arte dominada até ao exagero pela elite política, que não se coíbe de atribuir todos os problemas actuais às heranças do colonialismo português e às estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos recentes chefes das explorações agrícolas familiares. Em conferência da federação dos pequenos agricultores (S. Tomé, 14.08.2002), o então ministro da agricultura depois de acusar os pequenos agricultores de estarem a provocar a degradação ecológica do país, afirma que apesar de ter ficado decidido que estes iriam beneficiar de crédito, torna-se necessário definir “que tipo de crédito, porque se lhes damos um milhão ele vai comer tudo numa semana”. O Presidente da República Fradique de Meneses, numa outra conferência sobre a privatização da terra (S. Tomé, 04.08.02), defende a subvenção à agricultura, “pagando aos pequenos agricultores para capinarem e cultivarem as suas terras”. Tratar-se-ia de uma “experiência-piloto” com a duração de dois anos e financiada com os lucros da exploração do petróleo. “Isto iria permitir aos agricultores capitalizarem as suas explorações e se desse resultado, seria prolongada por mais tempo como um balão de oxigénio”.

¹⁷ Repare-se que a terra permanece ainda registada em nome dos antigos proprietários coloniais.

A privatização da terra cria também um problema de ordem administrativo ao dar origem ao nascimento de comunidades rurais nas antigas dependências das roças. Com efeito, a população das roças possuía um insipiente espírito comunitário e uma fraca coesão social, consequência da própria dispersão geográfica e sócio-cultural de que provinha a mão-de-obra contratada, mas também da instrumentalização da “diferença” pela própria administração destas empresas, a quem não interessava a contestação ou mesmo a simples resistência. Acresce que a própria organização familiar dos trabalhadores estava subordinada à lógica da organização do trabalho em cada plantação, que podia determinar a dispersão dos seus membros por dependências por vezes longínquas.

A falta de líderes nas comunidades recém criadas - com excepção das dos angolares que mantêm alguns traços da organização das sociedades rurais do continente africano – é uma das características mais visíveis. Por este motivo, a ideia de “estruturar” o mundo rural após as privatizações, através da criação de associações de agricultores, norteou a acção da ONG americana CLUSA, cuja actividade tem sido continuada através da ONG local Zatona-ADIL. Criadas de “cima para baixo” sem corresponderem a uma necessidade local e sem enraízarem em muitos casos num tecido social dinâmico, estas associações tornaram-se rapidamente disfuncionais. Berthet Ribeiro (s.d.) afirma que as ONGs têm enfrentado grandes dificuldades na identificação de líderes nas comunidades e que “a tendência geral tem sido colocar a presidência das associações (...) nas mãos dos antigos responsáveis das *plantations*”¹⁸, i.e., os capatazes e feitores que “têm então o seu poder reforçado pelos agentes de desenvolvimento”¹⁹. Foram igualmente criadas em algumas comunidades Caixas de Poupança e Crédito por uma outra ONG internacional (CIDR), actualmente apoiadas pela ONG local Micondó. Todavia, o seu funcionamento, tal como o das associações, sofre de graves problemas, nomeadamente em consequência das fracas taxas de retorno do crédito concedido, que por sua vez gera o descrédito reduzindo drasticamente o depósito de poupanças.

A necessidade de descentralização político-administrativa é uma opinião corrente entre a classe política e a própria comunidade de expatriados e está mesmo consagrada na “Carta de Política Agrícola e de Desenvolvimento Rural” (Ministério da Economia, 1999). No entanto, o perigo reside na partidarização deste espaço de poder local – no momento presente visível exclusivamente durante as campanhas eleitorais - e na consequente mimetização de uma cultura política de corrupção e clientelismo, que seguramente irá agravar os problemas já existentes nas comunidades rurais e diminuir em vez de aumentar os seus direitos cívicos ou, dito de forma mais geral, as hipóteses de um possível processo de empowerment.

ENTRE A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA E A APATIA – estudos de caso

¹⁸ Ver também, FAO & WB (2000, document de travail 1, p. 14). Interessante notar que (como se poderá constatar mais adiante no estudo de caso de R. P. Praia) são também os antigos feitores e capatazes que muitas vezes beneficiam das maiores e melhores parcelas: “*There is anecdotal evidence however that the old-guard hierarchy of the empresas responsible for lower level management and supervision – the capatazes and feitores – were able to secure more favourable land parcels*” (FAO & WB, 2000, document de travail 1, p. 9).

¹⁹ De salientar que, como também refere esta autora, os desfalques dos fundos das associações por parte dos dirigentes foram relatados como frequentes, o que conduz de imediato (na ausência de qualquer mecanismo endógeno ou exógeno de exercer sanções sobre os autores), à sessação imediata da actividade da organização.

Visitando as “comunidades” surgidas a partir das populações residentes nas dependências das antigas roças, ainda podemos sentir, trinta anos após a independência, a distância social que separava os habitantes da “casa grande” dos da “sanzala” (comboio em STP). Porém, o tempo e a incúria dos dirigentes santomenses encarregaram-se de esbater as fronteiras entre os edifícios senhoriais localizados nos pontos mais altos do terreiro da roça e as habitações exíguas dos trabalhadores de campo.

Mas mais do que a degradação das residências e infra-estruturas sociais, o que realmente nos choca são os sintomas de anomia social claramente visíveis nas populações mais isoladas e situadas em zonas de baixa produtividade agrícola. Sentados nas soleiras das portas, com o olhar parado no tempo, parecem abandonar-se à fatalidade da condição social de ex-serviçais que lhes foi imposta e da qual não se conseguiram libertar. Nestas comunidades, o consumo de álcool e os roubos de produtos agrícolas e de animais domésticos são relatados como elevados²⁰.

A diversidade de situações é, todavia, enorme e podemos também deparar-nos com “comunidades” dinâmicas do ponto de vista social e produtivo, em que a dureza das condições actuais, e de toda uma vida, não foi suficiente para derrotar o espírito de sobrevivência e de iniciativa. Por outro lado, a imagem colorida e de “vida” transmitida pelas casas e infra-estruturas sociais contruídas em algumas comunidades com fundos comunitários do programa STABEX²¹, nem sempre corresponde a um tecido social estruturado e dinâmico.

A compreensão desta realidade multi-variada e de contornos extremados só será possível a partir do estudo dos processos históricos a que a unidade territorial dependência de roça/empresa estatal foi sujeita e da data e grau de justiça social com que decorreu o processo de privatização da terra. Outros factores relevantes serão a composição sócio-cultural do tecido social das comunidades, a dinâmica de grupo criada – após o vazio de poder deixado pela queda do aparelho repressivo das roças e, mais recentemente, do aparelho burocrático-administrativo das empresas estatais, desincentivadores de qualquer tipo de organização - e o potencial papel desempenhado por organizações da sociedade civil na criação de mecanismos de auto-ajuda e de *empowerment*.

A exiguidade do tempo disponível (3 meses) para a realização da pesquisa empírica que se debruçou sobre esta realidade, mas também sobre a caracterização das organizações de desenvolvimento (governamentais ou não) presentes em S. Tomé e das suas intervenções, levantou mais questões do que apresentou respostas, deixando um vasto campo aberto para pesquisas futuras. A uma metodologia de análise que privilegiasse o estudo de um grande número de comunidades através de uma amostragem representativa de famílias de pequenos agricultores residentes nesse espaço, preferimos uma outra que se centrou sobre o estudo aprofundado de todos os beneficiários de terra (residentes ou não) de três ex-

²⁰ Em relação à nossa amostra (82 casos), só 8,2% das famílias (em 73 casos válidos) é que afirmam não consumir álcool, enquanto que o consumo diário de vinho de palma (a bebida mais frequente) é praticado por 53,2% das famílias (em 77 casos válidos). O roubo de animais domésticos foi mencionado em todas as comunidades, mas essencialmente (Sta Adelaide) ou exclusivamente (Iô Grande e R. Praia Palma) atribuído a urbanos que se deslocam de noite e com viatura às comunidades.

²¹ “*Stabilization of Exports System*”.

dependências – Iô Grande, Sta Adelaide e Ribeira Palma Praia – que possuíssem características sócio-culturais e de potencial agrícola distintas.

Quer em Iô Grande, quer em Ribeira Palma Praia foi possível entrevistar todos os beneficiários. Porém, em Sta Adelaide, comunidade que se encontra situada numa região designada localmente o “Centro da Comida”, a ganância de quem tinha “a faca e o queijo na mão” - o GRF - foi mais forte e 7 dos seus funcionários atribuíram a si próprios 11 lotes situados na zona mais produtiva. Beneficiaram também de lotes, 3 militares no activo e 6 outros beneficiários. Obviamente, não foi possível inquirir estes 16 beneficiários absentistas e as informações que recolhemos sobre a qualidade dos seus lotes e a sua localização foi-nos facultada por diversos entrevistados da comunidade e pela nossa própria observação directa.

Na nossa amostra (82 entrevistados), os beneficiários distribuem-se da seguinte maneira pelos diferentes grupos sócio-culturais, definidos pelos próprios: 33 forros; 25 angolares; 24 cabo-verdianos (incluem-se também nesta categoria os de segunda geração); 7 tongas; 1 angolano e forro; 1 angolano. Os 16 beneficiários não entrevistados eram todos forros.

Trata-se de uma população extremamente jovem, como o demonstra a pirâmide etária (fig.1 em anexo), a taxa de dependência e os índices de envelhecimento e de juventude (fig. 2 em anexo). Em relação à dimensão média dos agregados familiares da amostra (5,4 elementos), nas diferentes comunidades encontramos diferenças significativas (fig. 3 em anexo). Em Iô Grande as famílias são maiores (7,1) do que nas restantes comunidades (4,8 e 5 elementos respectivamente em Sta Adelaide e R. P. Praia).

Quanto ao sexo do chefe do agregado familiar, encontramos também diferenças entre as três comunidades. Em Sta Adelaide existem 15,8% agregados chefiados por mulheres, enquanto que em R. P. Praia 95,8% dos chefes de família são homens e em Iô Grande não existem mulheres chefes de família (fig. 3 em anexo). De notar que a média nacional de agregados familiares chefiados por mulheres era de 32%, enquanto que a de mulheres beneficiárias de terra descia para 10% (FAO & WB, 2000:21). A idade média dos chefes dos agregados familiares na amostra é de aproximadamente 45 anos, não se observando diferenças significativas entre comunidades (fig. 3 em anexo).

Na amostra estudada 52,4% dos chefes de família afirmam ter como actividade principal a agricultura (fig. 3 em anexo). Contudo, este valor esconde diferenças significativas entre comunidades, pois em R. P. Praia atinge os 83,3%, enquanto em Iô Grande desce para 15%. Em Sta Adelaide o valor registado aproxima-se da média na amostra (52,6%).

Estes 82 beneficiários receberam um total de 164,6 ha, sendo que o valor médio atribuído foi de aproximadamente 2,2 ha, com um mínimo de 0,5 ha e um máximo de 7,5 ha²². Em R. P. Praia foram atribuídos os lotes de maiores dimensões (52,9% receberam áreas totais de 4,01 a 7,5 ha e 47,1% possuem lotes de 1,6 a 2,5 ha). No extremo oposto temos Sta Adelaide em que 55,3% dos beneficiários entrevistados receberam de 1,05 a 1,5 ha e 26,3% recebeu de 0,6 a 1,04 ha. Em Iô Grande, a 75% dos beneficiários foram atribuídos lotes com áreas compreendidas entre 1,6 e 2,5 ha.

²² Trata-se de um forro, que foi feito da Empresa Estatal de Ponta Figo e que recebeu 3 lotes de boa qualidade, em que o cacau se encontrava em plena produção.

A grande maioria dos beneficiários inquiridos (84%) recebeu um só lote. Quer em Iô Grande, quer em Sta Adelaide mais de 90% dos entrevistados receberam um lote, enquanto que em R. P. Praia observou-se um maior número de beneficiários a quem foram atribuídos dois lotes (41,2%). Este facto pode ser explicado em função das piores condições edafo-climáticas e dos cacauzeiros, que tornou a terra menos apetecível quer para médios empresários, quer para os pretendentes a pequenos lotes sem ligação à actividade agrícola.

A atribuição dos lotes ao longo do tempo (mais ou menos concentrada) está na origem de muitas das diferenças encontradas na relação actual dos beneficiários de cada comunidade com a terra e com o mercado e retrata também a forma como decorreu o processo de distribuição da terra. Em Iô Grande, os lotes foram concedidos em dois períodos: 1994 (65% dos beneficiários) e 1998. Esta relativa concentração ocorreu igualmente em R. Palma Praia (82,4% dos beneficiários recebeu lote em 1994 e os restantes em 1996). Pelo contrário, Sta Adelaide ilustra um processo de luta e negociação que conduziu a uma distribuição temporal muito fracionada. Com efeito, nesta comunidade o Estado concedeu uma média empresa à igreja adventista no âmbito do “Envolvimento do cidadão na produção”. Após o início das privatizações, muitos dos trabalhadores e/ou residentes adeptos de outras religiões começaram a exigir o redimensionamento da área que lhes foi atribuída e a solicitar lotes. É assim, que o processo se vai prolongar até 2000 por fluxos sucessivos, em que os próprios trabalhadores de religião adventista vêm a solicitar lotes, mantendo-se porém alguns como assalariados e trabalhando a sua própria terra no tempo que lhes fica disponível e com a ajuda dos restantes membros do agregado, bem como de mão-de-obra assalariada.

A envolvimento de cada comunidade com os médios empresários é muito diversa. Iô Grande está rodeada de médias empresas, algumas concedidas entre 1986 e 1990 no âmbito do referido processo de “Envolvimento do cidadão na produção” (caso da roça de S. João e da Fraternidade) e outras ao longo do processo de privatização a partir de 1991, uma das quais a um médio empresário angolano sem ligação anterior à terra, mas com ligações político-partidárias privilegiadas e uma outra de 100 ha (D. Augusta) concedida à Fundação Solidariedade chefiada pela mulher do ex-Presidente da República Miguel Trovoada. Com excepção desta última, que se encontra em estado de total abandono e que portanto não permite qualquer tipo de articulação com os pequenos agricultores, a relação da população da comunidade com os médios empresários é boa, assegurando estes a compra do cacau, a venda de alguns pesticidas e alguns postos de trabalho assalariado. Nomeadamente ao médio empresário angolano e ao português da roça Fraternidade é reconhecido o papel de veículos de transmissão de conhecimentos agrícolas.

Sta Adelaide, pelo contrário, retrata um caso em que a relação com os médios empresários é problemática. A média empresa adventista, que no início possuía um engenheiro agrónomo expatriado, viu reduzida em muito a sua área e encontra-se num processo de desinvestimento. Nesta comunidade, os casos que mais suscitam revolta são o de Java e o de Bombaim. A primeira média empresa foi ainda concedida na fase do “Envolvimento do cidadão” a um forro com ligações ao poder, que tinha desempenhado um cargo na administração desta dependência da ex-empresa estatal Milagrosa. Java tinha na altura sete trabalhadores que formaram um colectivo e reuniram fundos para solicitar a atribuição da terra. Porém, segundo os nossos entrevistados, o actual médio empresário encarregado do processo terá utilizado o dinheiro para registar toda a terra em seu nome, relegando os ex-colegas à função de seus assalariados sem terra e vivendo numa situação de extrema

pobreza. Um outro caso paradigmático das irregularidades com que decorreu o processo de atribuição de terras, é o da média empresa Bombaim – uma das mais “apetecíveis” pela potencialidades da plantação, tendo também óptimas condições para desenvolver actividades de eco-turismo rural -, que foi atribuída por ajuste directo em Conselho de Ministros a um comerciante de S. Tomé, sogro do então director do GRF. Os trabalhadores vivem numa total miséria, apesar do empresário cobrar a preço elevado e em US dólares o aluguer de quartos a turistas ou investigadores que por ali passem. “S. Tomé é coisa de padrinagem! O Estado não pensa e existem tantos jovens com vontade de trabalhar...” disse-nos a este propósito um agricultor de Sta Adelaide.

Em R. P. Praia, a empresa que sobressai, neste caso pela positiva, é a Diogo Vaz gerida por um consórcio de capitais santomenses e portugueses (SODEAP), ao qual foi atribuído um contrato de arrendamento antes de 1991 e que chegou a funcionar como SAC após essa data. Esta empresa tem vindo a diversificar os investimentos e em 2002 dedicava-se também à exportação de cacau biológico.

No que concerne à liderança e ao funcionamento das associações as três comunidades constituem também casos distintos, muito embora mantendo algumas semelhanças. Iô Grande é uma comunidade de angolares, onde portanto existe um chefe tradicional descendente do chefe da família fundadora e onde a coesão social é mantida por laços estreitos de parentesco e amizade. Este facto não foi porém condição suficiente para o bom funcionamento das duas associações (de pescadores e de agricultores) existentes, devido aparentemente a problemas de comunicação entre as ONGs e a população local. A capacidade reivindicativa desta comunidade face aos agentes externos traduziu-se na construção de um caminho de ligação à estrada principal e de uma escola.

R. P. Praia, pelo contrário, é uma comunidade em que a falta de liderança é claramente visível ao primeiro olhar, contrastando radicalmente com a situação observada na comunidade mais próxima (Ribeira Palma Sede a cerca de 2 km), onde a capacidade de organização e reivindicação já se traduziu na construção – ao abrigo do programa STABEX - de casas, latrinas e pontos de abastecimento de água corrente. A associação existente, que engloba os agricultores de R. Palma Sede, está orientada para a transformação tecnológica do cacau biológico e funciona com grande apoio de ONGs locais envolvidas nesta actividade.

O caso de Sta Adelaide é de certa forma intermédio e simultaneamente mais complexo. Com efeito o primeiro líder que se destacou nesta comunidade, encabeçando a reivindicação da segunda fase de privatização da terra atribuída à média empresa adventista, foi um homem forro com ligações político-partidárias²³. Dados a sua iniciativa, carisma e ligações ao poder foi eleito presidente da associação de pequenos agricultores, tendo posteriormente fugido com os fundos. Por este motivo, a actividade associativa e o apoio à comunidade por parte dos agentes externos cessaram. Surgem novos líderes, que embora não tenham ainda sido capazes de reaver a quantia desviada e reatar a confiança dos membros daí decorrente, têm vindo a dinamizar uma associação informal para o

²³ Ex-professor primário, ex-funcionário dos partidos políticos MLSTP e ADI (e actualmente do PCD), possuidor de uma “roça de forro, que depois de ter sido preso por alegado desvio de fundos de uma cooperativa, estabeleceu uma relação amorosa com uma mulher caboverdiana de Sta Adelaide e teve acesso a um lote de terra nesta comunidade.

aluguer de um transporte semanal destinado a escoar os excedentes agrícolas para a cidade de S. Tomé.

Passemos agora a uma análise mais profunda, por comunidade, de algumas questões específicas.

Iô Grande é uma comunidade de Angolares (todos os chefes são deste grupo), situada no Sul do país numa zona de elevada pluviosidade, onde a produção de cacau pode ser elevada mas exige a aplicação regular de agro-químicos e onde é de salientar a importância das oleaginosas (coqueiros e palmeiras do dendém). Situa-se junto à praia e as casas, na quase totalidade de madeira, são fustigada pelo vento e por vezes pelas marés vivas. Ilustra o principal modo de vida que caracterizou ao longo dos tempos este grupo sócio-cultural – a pesca. De salientar que 85% dos chefes de família beneficiários de terra vive na comunidade, só existindo 3 casos de não residentes.

O chefe desta antiga povoação, relatou-nos da seguinte forma a relação dos angolares com as roças coloniais e com outros grupos sócio-culturais:

“Angola[nos], Cabo-verde [cabo-verdianos] e Moçambique [moçambicanos] eram os que trabalhavam nas roças. Forro só nas roças perto da cidade como Agostinho Neto [Rio de Ouro]. Primeiro o patrão tinha cédula marítima para angolar[es]. Depois angolar[es] tirou a dele e patrão falava: se você quer ir pescar pode ir. Nos dias de pesca, angolar trazia peixe e forro, angola, cabo verde e moçambique comprava. Cabo verde também trocava peixe por arroz e feijão. Patrão tomava o dele e não pagava. Angolar ia trabalhar na roça os dias que queria e patrão pagava no fim do mês”.

A análise dos dados referentes à experiência profissional dos chefes dos agregados familiares revela que 50% destes foram trabalhadores de campo nas roças, sendo que 30% eram ainda crianças e só 5% exclusivamente pescadores. Após a independência, 45% eram trabalhadores de campo, 15% trabalhadores de campo e pescadores e 15% eram pescadores. Actualmente, 45% dos chefes de agregado que receberam lote têm como actividade principal a pesca e 30% agricultura e pesca.

Quanto à qualidade da plantação de cacau nos lotes à data da entrega, 65% dos beneficiários recebeu lote encapoeirado com pouco cacau e 20% encapoeirado sem plantação e só 15% em produção. Para 35% dos beneficiários a cultura produzida em maior quantidade é o cacau, para 25% a banana e para 15% o coco. Em relação ao rendimento monetário, 50% dos inquiridos afirma ser o cacau a cultura mais rentável, 20% o coco e 15% a banana. Só 20% se dedica ao cultivo de espécies anuais em parcela separada (campo), tão característico dos cabo-verdianos e seus descendentes.

Em 90% dos casos o cacau adquire uma maior importância nos lotes do que à data de entrega, sendo que 100% dos inquiridos afirma ter renovado a plantação, muito embora para 10% destes o cacau ainda não tenha entrado em produção. Quanto à sombra - um dos motivos de crítica por parte dos dirigentes do país, que consideram que o pequeno agricultor tem vindo a cortar as árvores sombreadoras de valor comercial -, 73,7% afirma que possui um défice, o que é comprovado pelo facto de 78,9% dos inquiridos ter plantado árvores sombreadoras, nomeadamente eritrina (53,3%) e cidrela (46,7%).

A criação de animais revela-se também importante na sustentabilidade económica das explorações familiares. Neste caso, 100% dos entrevistados possuía animais antes da

privatização, 95% dos quais tinha porcos. Actualmente, 52,6% aumentou o número de galinhas, 42,1% tem igual número e 5,3% não possui. No caso dos porcos, 70% dos inquiridos aumentou o seu número e só 5% não possui esta criação.

Sta Adelaide representa o caso de uma comunidade criada a partir de uma dependência de roça, onde ainda é visível um armazém em ruínas, as casas comboio dos trabalhadores de campo e os denominados “chalés” do capataz e restantes funcionários. Presentemente, 28,9% dos entrevistados vive ainda em casas comboio, 2,6% em “chalés” e uma percentagem de 36,8% beneficiou de casas de madeira construídas pelo PNAPAF²⁴. Só 50% dos beneficiários entrevistados reside na comunidade (4 casos são forros), 23,7% vive na Trindade e 15,8% na cidade de S.Tomé. Os 16 beneficiários absentistas não entrevistados habitam todos na cidade de S. Tomé. A maioria das casas de madeira forma um núcleo construído na proximidade das antigas habitações da roça, dando corpo à comunidade nascente. Porém, a grande maioria dos beneficiários de casa não residentes, bem como um dos residentes – todos forro – preferiram construir a habitação no lote. Mais do que um comportamento com raízes sócio-culturais, a preferência pela ruptura com uma sociabilidade comunitária ilustra a necessidade destes actores se demarcarem de outros com um passado de ligação ao trabalho braçal nas roças, cujas redes de parentesco, amizade e vizinhança os mantêm unidos.

Nesta comunidade, 47% dos beneficiários entrevistados que actualmente são chefes de agregado familiar era ainda criança no tempo colonial, sendo que 23,7% eram trabalhadores de campo e 10,5% trabalhavam na construção civil (todos forros). Depois da independência 31,6% eram trabalhadores de campo e 15,8% assumiam funções de chefia (feitor ou capataz) ou de guarda e 7,9% trabalhavam na empresa por empreitada.

Quanto à qualidade do lote, 47,4% dos inquiridos recebeu um lote encapoeirado com pouco cacau, 23,7% encapoeirado sem plantação e só 10,5% adquiriu terra em que os cacauzeiros estavam em plena produção. Uma percentagem não insignificante (13,2%) recebeu uma antiga lavra e portanto um terreno sem cacau e sem quaisquer árvores de sombra ou plantações perenes.

Dos inquiridos, 42,1% afirma que a banana e a matabala são as culturas produzidas em maior quantidade, o que ilustra a existência desta consociação dominante. Para 18,4% é exclusivamente a banana, verificando-se o mesmo valor para os que produzem em maior quantidade a matabala. Existem dois casos para os quais é o cacau a cultura mais produzida. Quanto à rentabilidade monetária, duas culturas no seu conjunto, banana e matabala, são consideradas por 33,3% dos beneficiários as mais importantes – o que retrata também a complementaridade destas duas produções em termos de distribuição temporal dos rendimentos -, enquanto que 33,3% elege unicamente a matabala e 11,1% a banana. A pouca importância do cacau só é possível compreender à luz de um conjunto de factores, dos quais ressaltam: a má qualidade dos lotes recebidos no que concerne aos cacauzeiros; o baixo preço do cacau nos anos que sucederam à distribuição da terra que desincentivou o investimento na instalação da cultura; a grande procura e preço elevado da banana e sobretudo da matabala no mercado do Gabão nesse mesmo período e o relativo isolamento provocado pelo mau estado da estrada que torna pouco interessante para os compradores de cacau goma a deslocação regular a esta

²⁴ Destes, 4 casos são não residentes que possuem a casa no lote desabitada, existindo ainda um outro beneficiário - não entrevistado por fazer parte dos absentistas - que também beneficiou de casa.

comunidade, quando os preços são baixos no mercado internacional. Acresce que 10,7% dos produtores referem que o seu cacau ainda não entrou em produção.

Para 66,7% dos entrevistados o cacau tem maior importância nos seus lotes actualmente, tendo 68,8% feito renovação de plantas. Nesta comunidade, 18,2% afirmam no entanto que o cacau assume hoje uma menor importância nos lotes do que na data em que este lhes foi atribuído. Cerca de metade (48,4%) dos entrevistados considera que tem sombra suficiente, 32,3% sente falta de sombra e 19,4% tem excesso de sombra para uma boa produção de cacau. Uma percentagem muito elevada (73,7%) plantou árvores sombreadoras de uma ou várias espécies, sendo que 21,4% plantou eritrina, 50% cidrela e 14,3% acácia. De notar que o abate de árvores de madeira está a ser feito por estranhos à comunidade fora da área dos lotes, mas também por um beneficiário que trabalha o lote de um ex-funcionário do GRF, realizando simultaneamente em parceria esta actividade altamente lucrativa, com uma motosserra por este fornecida.

Grande número de beneficiários (42,1%) possui campo, onde o milho, os feijões e a couve – em consociação ou não com outras hortícolas - representam as culturas mais importantes para cabo-verdianos e seus descendentes. A couve, os feijões e o tomate podem surgir também em pequenas manchas de solo nos lotes, normalmente plantadas em pequenos camalhões ao longo das vertentes. Apesar da mestria das técnicas utilizadas e do facto de, com excepção da couve, o seu cultivo se restringir à gravana durante a qual as precipitações são reduzidas e de baixa intensidade, o elevado declive dos lotes torna a horticultura prejudicial em termos da erosão do solo.

Em Sta Adelaide, 71,1% dos entrevistados possuíam animais antes da privatização, dos quais 92,3% possuíam galinhas e 34,6% porcos. Depois da atribuição dos lotes, 52,6% aumentou o número de galinhas, 15,8% considera que tem o mesmo número de animais e 21,1% não possui. Em relação aos porcos, 31,6% aumentou e 55,3% não possui esta espécie.

A comunidade de R. Palma Praia situa-se à face da estrada principal que liga a cidade de S. Tomé à de Neves, onde alguns residem (25%). A grande maioria dos beneficiários (58,3%) vive em casas combóio muito degradadas, por ainda não ter conseguido reunir o dinheiro e a madeira necessários para obterem o apoio do Estado ou do programa STABEX. Muito embora existam árvores de madeira nos seus lotes, a distância destes à comunidade, mas sobretudo o mau estado dos caminhos, torna o transporte das tábuas muito difícil ou mesmo impossível nalguns casos²⁵.

Tal como em Sta Adelaide, os residentes são maioritariamente cabo-verdianos e seus descendentes. Porém e contrariamente àquela comunidade, a anomia social é grande e visível ao primeiro contacto na relativa apatia de muitos habitantes que passam parte do dia sentados nas escadas e muros, na falta de higiene de adultos e crianças, no elevado consumo de bebidas alcoólicas. Diz-se que aqui as mulheres caboverdianas (e descendentes) “viraram forro” por recusarem o trabalho agrícola. A presença da fábrica Rosema de engarrafamento de cerveja e empacotamento de vinho parece estar a contribuir para o grande consumo de álcool, dado que uma parte dos salários está a ser paga em géneros.

²⁵ Mais uma vez se comprova a fraca sustentabilidade da acusação de abate de árvores e degradação ecológica feita contra os pequenos agricultores.

O projecto de cacau biológico - implementado na zona Norte devido aos menores problemas fitossanitários decorrentes das condições climáticas - é uma iniciativa que tem vindo a criar enormes expectativas entre os doadores, o Estado santomense e as ONGs. Na base deste optimismo está o facto de ao ser exportado para um nicho de mercado em que os preços são elevados e estáveis, se poder evitar as flutuações no mercado internacional dos preços do cacau corrente. Porém, na percepção de muitos agricultores, o diferencial de preço não compensa as grandes exigências em trabalho deste produto e a diminuição da produção decorrente da não utilização de agroquímicos, levando-os a apelidar o projecto de “mandão” e a vender uma parte ou a totalidade do seu cacau em goma a qualquer comprador concorrente, que surja num momento de necessidade de capital.

Nesta comunidade metade dos beneficiários entrevistados era ainda criança no tempo colonial e 33,3% era trabalhador de campo. Após a independência, 50% era trabalhador de campo e 25% assumia funções de chefia (feitor ou capataz) ou de guarda. Quase metade (47,1%) dos entrevistados recebeu lote encapoeirado com pouco cacau, 23,5% recebeu um lote em produção e 11,8% encapoeirado sem plantação.

Quanto às culturas ou grupos de culturas produzidas em maior quantidade, para 20,8% dos entrevistados são o cacau e a banana e para 16,7% são o cacau, a banana e a matabala em conjunto. Em 2 casos o cacau é a produção mais importante. Metade dos inquiridos (50%) considera ser o cacau a cultura mais rentável do ponto de vista monetário e 12,5% ser a banana. Só 9,5% dos beneficiários não vende cacau, por este ainda não ter entrado em produção.

Uma percentagem elevada dos inquiridos (58,8%) afirma que o cacau tem uma maior importância nos lotes do que na época em que este lhes foi atribuído, 23,5% diz que tem igual importância e só 17,6% que tem menos. Em R. Palma Praia, 68,2% dos entrevistados fez renovação de plantas de cacau nos seus lotes e 45,8% plantou árvores de sombra, dos quais 72,7% utilizou pelo menos a cidrela. Cerca de 50% afirma que possui uma sombra correcta, 36,4% considera que ainda tem falta e 13,6% tem excesso de sombra.

Interessante notar que, nesta comunidade, uma percentagem muito elevada (82,6%) dos beneficiários de lotes possui também um “campo” em parcela ocupada em terras do Estado, onde cultivam o milho, a cana do açúcar, as leguminosas de grão – tão característicos dos cabo-verdianos - e hortícolas diversas. Este facto traduz não só a disponibilidade de solos apropriados para estas culturas em terras nacionalizadas não divididas, mas também a necessidade para muitos de complementar os magros rendimentos dos lotes de fraca qualidade e situados muito distante da residência. Nesta comunidade observámos o único caso de compra de um lote.

A grande maioria (87,5%) dos beneficiários de terra entrevistados possuíam já animais antes da privatização, dos quais 70% possuía galinhas e 80% porcos. Actualmente, 34,8% aumentou o número de galinhas e 21,7% não possui este animal. Quanto aos porcos, a outra espécie mais representativa, 34,8% aumentou, 26,1% diminuiu e 17,4% não possui. O roubo por ladrões vindos da cidade tem constituído um factor desmotivador do investimento na criação de animais.

Retornando à análise global da nossa amostra, observamos que uma percentagem de 75,4% dos entrevistados utiliza mão-de-obra familiar e 61,7% afirmou contratar assalariados (ao dia ou por empreitada nos períodos de ponta), que em alguns casos se observou tratar-se de trabalhadores permanentes. A análise por comunidade revela-nos diferenças significativas: em Iô Grande o recurso a mão-de-obra familiar (88,9%), bem como a assalariada (84,2%) é superior à média, o que desmistifica por um lado a ideia de que este grupo não se dedica à agricultura e por outro comprova que os rendimentos monetários provenientes da pesca são investidos naquela actividade; em Sta Adelaide só 62,5% dos inquiridos recorre a mão-de-obra familiar e 52,6% contrata assalariados, ilustrando um contexto com uma grande percentagem de não residentes e de beneficiários absentistas; R. P. Praia apresenta uma situação intermédia (78,9% recorre a mão-de-obra familiar e 58,3% contrata assalariados). A ajuda dos filhos é também reveladora: Sta Adelaide apresenta um valor extremamente baixo (39,4%) – em consequência dos factores já enunciados, mas também da própria demografia das famílias que possuem um número elevado de filhos pequenos -, comparativamente com R. P. Praia (50%), mas sobretudo com Iô Grande (89,5%), desconstruindo a ideia oficial da falta de ligação à terra dos angolares.

O recurso à entre-ajuda no trabalho é muito raro em todas as comunidades e grupos sócio-culturais, contrariando a hipótese inicial de uma reprodução de modelos de organização do trabalho (*djuda* e *djunta mon*), próprios do seu território de origem, entre os cabo-verdianos e seus descendentes. O forte individualismo e a falta de coesão social observados em Sta Adelaide, mas sobretudo em R. P. Praia parecem resultar da construção social produzida no quadro das roças.

Em conclusão, as críticas persistentes elaboradas pela elite político-administrativa em relação aos resultados da entrega de terra a antigos trabalhadores rurais revelam-se de todo infundadas ao analisarmos estes três estudos de caso. Observámos um investimento notável na plantação de cacauzeiros e de árvores de sombra, o abate de árvores de madeira nos lotes surge como a excepção²⁶, a diversificação das produções e das fontes de rendimento é um dos objectivos principais e os conhecimentos técnicos dos antigos assalariados mostraram-se suficientes na maioria dos casos, tendo os cabo-verdianos constituído um vector importante de transmissão aos novos agricultores que não os possuíam à data da atribuição do lote. Pelo contrário, a assistência técnica concedida até à data não é valorizada, muito embora muitos dos pequenos agricultores considerem que gostariam de melhorar os seus conhecimentos e sobretudo ampliá-los em relação a culturas de rendimento cujas técnicas desconhecem (pimenta e baunilha). A falta de capital para adquirir factores de produção e a ausência ou escassez de estradas e transportes necessários ao escoamento dos excedentes são apontadas como os principais estrangulamentos.

²⁶ Desta forma contestamos, corroborando a opinião expressa por outros (Vieira, 1995:22; Salgueiro, comunicação pessoal, 04.08.02), a afirmação de que a privatização da terra tem conduzido a uma degradação ecológica do país perpetrada pelos pequenos agricultores.

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DA ELITE NACIONAL E A MÁQUINA ANTI-POLÍTICA DOS DOADORES

Chegados a S. Tomé e Príncipe somos de imediato confrontados, pelo poder da repetição, com duas expressões - “leve-leve” e “paulatinamente”- que caracterizam o modo de estar dos santomenses, mas também a cultura e a prática políticas da sua elite. Paulatinamente, é um advérbio que em Portugal caiu em desuso, mas que neste país adquire um lugar proeminente no discurso oral e até escrito.

Seibert (2001a:318) alega que “do topo à base, a administração pública enferma de uma mentalidade e atitudes provavelmente incompatíveis com qualquer perspectiva de desenvolvimento. Esta conduta, caracterizada por uma falta de dinamismo e de indolência geral, é localmente descrita como *leve-leve* e define virtualmente o modo de vida dos são-tomenses, particularmente os forros”.

Esta atitude “leve-leve” estende-se igualmente ao conformismo geral em relação à extrema corrupção dos dirigentes. Em qualquer local da administração pública podem ser-nos contados, abertamente e a título de anedota, os casos mais extravagantes de desvios de fundos públicos praticados por altos dirigentes ou pelo colega do lado. No restaurante, entre duas garfadas, podemos ouvir a conversa em voz alta de responsáveis do país a definir os detalhes de mais um qualquer negócio fraudulento. O Gabinete de Reforma Fundiária entrega-nos a lista de beneficiários da terra de todas as comunididades solicitadas, sem qualquer pudor em relação ao facto de numa delas constarem os nomes de sete dos seus funcionários, que ilicitamente se apropriaram dos melhores lotes. Gerard Seibert publica o seu livro – sobre a mudança política e o seu impacto sócio-económico -, desmascarando com todas as letras (leia-se nomes) a corrupção que grassa no país desde a independência e pode fazer o seu lançamento em S. Tomé e Príncipe e tê-lo disponível nas principais bibliotecas do país.

O senso comum leva-nos a acreditar que a transparência e a liberdade de opinião conduzem à boa governação e que altos níveis de corrupção só serão compatíveis no quadro de um Estado autoritário. Mas tal não acontece em S. Tomé e Príncipe, onde a transparência legitima a corrupção, o clientelismo e a inexistência de quaisquer preocupações com questões de equidade e justiça social por parte dos dirigentes e onde a maioria da população não tem qualquer consciência dos seus direitos cívicos.

A máquina “anti-política” (Ferguson, 1991) dos doadores propaga a retórica da boa-governação e da luta contra a pobreza, mas manifesta um autismo total em relação à forma como os fundos de desenvolvimento são aplicados. A “economia dissipativa” (Schiefer, 2002) gerada pela ajuda ao desenvolvimento tem apoiado um processo de crescente empobrecimento da grande maioria da população e alargado o fosso que a separa de uma reduzida elite local poderosa e inamovível.

Subscrevendo as palavras de Batista (2001:143), as elites políticas africanas representam na actualidade “um obstáculo para ensaiar modelos de desenvolvimento alternativos à actual sujeição passiva aos fluxos económicos e financeiros internacionais, que parece condenar os camponeses africanos a uma situação permanentemente dramática. A articulação das elites aos interesses internacionais, nomeadamente como negociadoras da cedência dos recursos e mercados dos seus países, torna-as úteis à ordem económica mundial. Desta utilidade tiram a capacidade de

se manter no controlo dos Estados e de irem dispondo do mercado dos negócios de média dimensão”.

Paulatinamente e de forma “leve-leve” tudo se faz neste país, do trabalho à corrupção. Só os pequenos agricultores é que são obrigados a imprimir novos ritmos à sua actividade – por vezes à custa do equilíbrio ambiental -, se quiserem sair do ciclo de extrema pobreza, a que muitos estão votados desde o tempo em que foram trazidos compulsivamente dos seus países de origem para serem serviçais nas roças ou mesmo desde o seu nascimento que lhes deixou de herança essa condição servil.

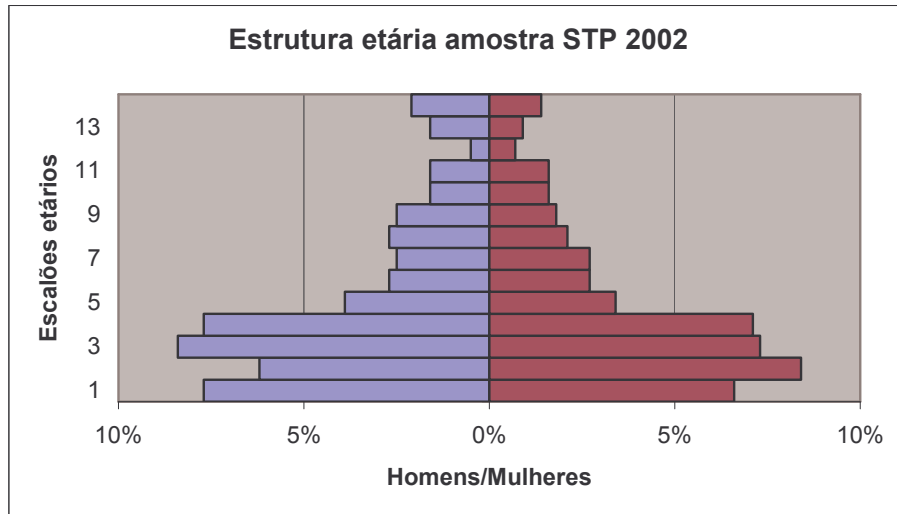
REFERÊNCIAS

- Batista, F. O. (2001)** *Agriculturas e territórios*. Lisboa, Celta, 207 p.
- Berthet Ribeiro, M. (s.d.)** *A reforma agrária em S. Tomé e Príncipe: análise das transformações sociais ocorridas nas antigas plantações agrícolas*. Universidade de S. Paulo, FFLCH/ Dep. Antropologia Social. Brasil, 32 p. (projecto de dissertação de doutoramento).
- Bottomore, T. (1992)** Citizenship and social class, forty years on. In T.H. Marshall e T. Bottomore (eds.) *Citizenship and Social Class*. Londres, Pluto Press, p.55-93.
- Cahen, M. (1991)** Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14-15, p. 113-153.
- Castro Henriques, I. (2000)** *S. Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*. Lisboa, Vega, 151 p.
- Clarence-Smith, W. (1989)** Creoles and peasants in São Tomé, Príncipe, Fernando Póo and Mount Cameroun, in the nineteenth century. In *Reunião Internacional de História de África no terceiro quartel do sec. XIX*, Lisboa, IICT, p.489-499.
- Clarence-Smith, W. (1991)** O papel dos custos do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 14-15, p. 7-34.
- Eyzaguirre, P. (1986)** The ecology of swidden agriculture and agrarian history in São Tomé. *Cahiers d'Études Africaines*, XXVI (1-2), p.113-129.
- Eyzaguirre, P. (1988)** Competing Systems of land tenure in an African plantation society. In Downs, R. & Reyna, S. (eds.) *Land and society in contemporary Africa*. Hannover N.H., Un. Press of New England, p. 340-361.
- Eyzaguirre, P. (1989)** The independence of São Tomé e Príncipe and Agrarian Reform. *Africana*, 27 (4), p. 671-678.
- Eyzaguirre, P. (1993)** Plantations, state farms and smallholders: cocoa production in São Tomé. Paper presented at the “*Cocoa and Development Conference*”, London, SOAS, 23 p.
- FAO & WB (2000)** *Project de privatization agricole et d'appui au developpement du petit paysannat. Contribution a la mission de supervision de la Banque Mondiale – Rapport preliminaire*. RDSTP, 39 p., + anexes, + documents de travail.
- Ferguson, J. (1994)** *The anti-politics machine: development, depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 320 p.
- Helmle, S. (1997)** *Analyse kleinbäuerlicher Betriebssysteme. Landwirtschaftlicher Strukturwandel, Auswirkungen und Entwicklungspotenziale in São Tomé und Príncipe*. Tese de licenciatura. TU München, Fakultät für Landbauwissenschaften und Gartenbau, Freising-Weihenstephan.

- Hodges, T. & Newitt, M. (1988)** *São Tomé and Príncipe. From plantation to microstate.* Boulder, Westview Press, 173 p.
- Kyle, S. e Tanner, C. (1999)** *Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas propriedades. Relatório de Missão.* Banco Mundial, São Tomé, 23 p.
- Ministério da Economia (1999)** *Carta de política agrícola e de desenvolvimento rural.* S. Tomé, República de S. Tomé e Príncipe, 44 p.
- Ministério da Economia (2000)** *Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas propriedades. Relatório de Gestão.* S. Tomé e Príncipe, 31 p. + anexos.
- Nascimento, A. (2000)** *Relações de poder e quotidiano nas roças de S.Tomé e Príncipe. De finais de oitocentos a meados do presente século.* Lisboa, edição do autor com apoio da SPI, 627 p.
- Nascimento, A. (2001)** *Mutações sociais e políticas em São Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX. Uma síntese interpretativa.* Lisboa, edição do autor com apoio da APAD, 32 p.
- Schiefer, U. (2002)** *Von allen guten Geistern verlassen? Guinea-Bissau: Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften.* Hamburg, Institut für Afrika-Kunde. 332 p.
- Seibert, G. (2001a)** *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em S. Tomé e Príncipe.* Lisboa, Vega, 553p.
- Seibert, G. (2001b)** São Tomé and Príncipe. Recent History. In *Africa South of the Sahara 2002*, London, Europa Publications, 31st edition , p. 824-840.
- Sousa, A. (1963) S. Tomé e Príncipe. Um caso de concentração. *Estudos Políticos e Sociais*, 1 (2), p.319-336.
- Tenreiro, F. (1961)** *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 289p + documentação fotográfica.
- Vieira, A. (1995)** Relatório final da missão de assessoria ao Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP), São Tomé.

ANEXOS

Figura 1. Pirâmide etária



Legenda:

1 - < 4 anos

2 - 5-9 anos

3 - 10-14 anos

4 - 15-19 anos

5 - 20-24 anos

6 - 25-29 anos

7 - 30-34 anos

8 - 35-39 anos

9 - 40-44 anos

10 - 45-49 anos

11 - 50-54 anos

12 - 55-59 anos

13 - 60-64 anos

14 - < 65 anos

Figura 2. Indicadores demográficos

Taxa de dependência da amostra	Percentagem de “potencialmente activos”	Percentagem de idosos	Índice de envelhecimento	Índice de juventude da população activa	Índice de renovação da população activa
92,54%	51,93%	3,42%	7,65%	261,9%	350%

Legenda:

- Taxa de dependência da amostra (inactivos/activos \times 100) = $(211/228) \times 100 = 92,54\%$
- Percentagem de “potencialmente activos” (activos/população total (439)) \times 100) = $(228/439) \times 100 = 51,93\%$
- Percentagem de idosos (população com idade igual ou superior a 65 anos/população total (439) \times 100) = $15/439 \times 100 = 3,42\%$
- Índice de envelhecimento (população com idade igual ou superior a 65 anos/população entre 0 e 14 anos \times 100) = $(15/196) \times 100 = 7,65\%$
- Índice de juventude da população activa (população com idade compreendida entre 15 e 39 anos/população com idade compreendida entre 40 e 64 anos \times 100) = $(165/63) \times 100 = 261,9\%$
- Índice de renovação da população activa (população com idade compreendida entre 20 e 29 anos/população com idade compreendida entre 55 e 64 anos \times 100) = $56/16 \times 100 = 350\%$

Figura 3. Quadro síntese de caracterização

Comunidade	Nº de agregados familiares da amostra	Dimensão média do agregado	Sexo do chefe do agregado familiar		Idade média do chefe do agregado	Actividade do chefe do agregado familiar		
			%masculino	%feminino		Agricultura	Agricultura + Outras %	Outras %
Ió Grande	20	7,1	100%	0%	44,5	15%	35%	50%
Santa Adelaide	38	4,8	84,2%	15,8%	43,9	52,6%	34%	13,4%
Ribeira Pálma Praia	24	5	95,8%	4,2%	45,8	83,3%	12,6%	4,1%
Total na amostra	82	5,41	91,5%	8,5%	44,6	52,4%	26,7%	20,9%